

## **A Voz do Atendimento Educacional Especializado: Percepções Docentes sobre as Políticas Educacionais Municipais**

Thaiany D'Avila Rosa<sup>1</sup>; Marta Nörnberg<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – [thaianyrosa@hotmail.com](mailto:thaianyrosa@hotmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – [martanornberg0@gmail.com](mailto:martanornberg0@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) está sendo discutido de forma significativa nos últimos anos e, conseqüentemente, as políticas públicas que embasam e apoiam este serviço também se encontram em debate. Embora existam políticas públicas que amparam a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, as políticas públicas que amparam os professores atuantes no AEE parecem não estarem clara e objetivamente definidas para o exercício do magistério no município de Pelotas.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar como os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) do Município de Pelotas percebem as políticas educacionais municipais que fundamentam sua prática. Com este propósito específico, a partir de narrativas das professoras participantes busca-se compreender o nível de conhecimento dos professores sobre as políticas locais, identificando os desafios enfrentados no seu cotidiano profissional e as concepções que embasam suas práticas em razão das políticas públicas municipais.

Esta pesquisa está fundamentada na obra de Goodson (2022), intitulada “O trabalho e a vida docente”, para adotar e fazer uso de narrativas dos professores para colocar em destaque aspectos que constroem em torno das Leis e da Política Pública Municipal, Estadual e Federal.

Segundo Cunha (1997), quando uma pessoa relata os fatos vividos por ela mesma, percebe-se que reconstrói a trajetória percorrida, dando-lhe novos significados. Dessa forma, quando as professoras relatam suas vivências, elas repensam a trajetória percorrida no magistério.

### **2. METODOLOGIA**

Para esta pesquisa foram selecionadas duas professoras atuantes da rede municipal de Pelotas, do Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo uma professora da educação infantil e a outra professora dos anos iniciais.

Elaborou-se um roteiro com perguntas direcionadas para o contexto abordado da pesquisa. Com esse roteiro, de forma individual, realizou-se uma conversa com cada uma das professoras selecionadas. Cada conversa durou em torno de 1 hora e 30 minutos.

A partir das suas narrativas, buscou-se averiguar os desafios e as concepções que amparam suas práticas enquanto docente do AEE.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Diante da demanda atual de alunos com deficiência, que são atendidos nas salas de atendimento educacional especializado das escolas, compreendemos que há a necessidade de definição de políticas públicas municipais claras e objetivas;

também entendemos que estas deveriam ser de conhecimento de todos os profissionais que delas usufruem. Porém, com base nas narrativas das professoras pesquisadas, o conhecimento sobre as políticas públicas municipais não está claro para as duas entrevistadas.

No município de Pelotas, temos a resolução de nº 001/2017, de 3 de maio de 2017, que orienta a implementação das normas que regulamentam a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Pelotas. Neste documento, são indicados alguns eixos que subsidiam e orientam a atuação dos professores de Educação Especial. No capítulo VI – da Mantenedora – descreve-se aspecto específico para o Atendimento Educacional Especializado, indicando-se como deve ser feito em termos de identificação e ações a serem desenvolvidas. Neste mesmo item, no Art. 16, estão relacionadas as atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado, o qual é caracterizado como o articulador do processo de inclusão.

Nesta mesma resolução, o Capítulo VIII, Da Formação Continuada, traz a seguinte informação em seu Art.19:

Todos os profissionais da educação, docentes e não docentes, devem receber na forma da legislação vigente formação continuada e atualizada na área da Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva.

§ 1º - É de responsabilidade das mantenedoras prover e oferecer, inclusive em parceria com outras instituições de ensino, a referida formação.

§ 2º - É dever de todos os profissionais da educação participarem da formação de que trata o caput deste artigo.

As duas professoras informaram que não têm conhecimento sobre as políticas públicas municipais. Durante a narrativa, contaram que embasam sua atuação em princípios das políticas federais, e elencaram legislações como: LDB 9394/96, Constituição Federal de 1988 e Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

As duas mencionaram que a maior dificuldade como professora do AEE está relacionada à falta de estrutura para o atendimento. Uma delas assim descreveu:

Estou parcialmente amparada. Reconheço que já obtivemos avanços importantes no campo da inclusão com sala de recursos, atendimento especializado, formações continuadas, mas ainda percebo desafios na minha prática como falta de mais profissionais, materiais adaptados, verbas para melhorias nas salas, tanto de aula como de AEE. Não posso deixar de mencionar as salas de aulas lotadas e alunos sem suporte necessário, como também a falta de professores auxiliares.

A falta de estruturação, formação continuada de forma constante e que leve em consideração a demanda, os assuntos e as dificuldades enfrentadas por elas também são mencionados ao longo das narrativas. Nessa perspectiva, conforme destaca Goodson (2022, p. 33), ao se valorizar a individualidade dos professores em sua trajetória de ensino, experiência e formação, suas práticas pedagógicas tornam-se reflexo dessas vivências. O professor constrói e ressignifica sua formação a partir do contexto institucional, articulando fundamentos teóricos, saberes práticos, dimensões político-educacionais e suas próprias experiências enquanto sujeito ativo no processo educativo. Assim, é fundamental valorizar e dar espaço às narrativas de vida dos professores como elementos essenciais para a formação docente. Essas narrativas revelam o conhecimento tácito, pessoal e profissional dos educadores, constituindo um recurso epistemológico singular na formação pedagógica

Na narrativa das duas professoras observa-se a falta de compreensão sobre a existência das políticas públicas municipais. Por outro lado, suas falas mostram

que suas práticas enquanto professoras do Atendimento Educacional Especializado se amparam em aspectos da macro política. Ambas denunciam a precarização de recursos e estruturas físicas, relatando a ausência de espaços e materiais adequados para auxiliar no trabalho com o público alvo. Também está presente nas narrativas das professoras a referência a falta de profissionais capacitados para atuarem com os alunos com algum tipo de deficiência ou transtorno de aprendizagem.

#### 4. CONCLUSÕES

Com base na análise das narrativas, entende-se que, para além da política pública não estar clara e objetiva para os professores atuantes no AEE, elas ainda apontam para a falta de materiais que amparam seu trabalho, indicando poucas atividades de formação continuada que levem em consideração as demandas enfrentadas ao longo do dia a dia dos professores. Ainda denunciam a falta de profissionais habilitados e preparados para atuarem com os alunos, assim como indicam que há pouco companheirismo dentro dos ambientes escolares, excesso de trabalho e cobrança por parte da direção escolar. Esses são fatores apontados pelas duas professoras, os quais são aspectos primordiais que deveriam ser assegurados para amparar o trabalho desenvolvido dentro das escolas da rede pública municipal.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. **Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 28 jul. 2025.

CUNHA, M. I. da. (1997). Conta-Me Agora!: As Narrativas Como Alternativas Pedagógicas Na Pesquisa E No Ensino. **Revista Da Faculdade De Educação**, 23(1-2), 185–195. <https://doi.org/10.1590/S0102-25551997000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rfe/a/ZjJLFw9jhWp6WNhZcgQpwJn/?lang=pt> Acesso em: 28 jul 2025.

GOODSON. I. F. **A vida e o trabalho docente**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2022.

PELOTAS. Conselho Municipal de Educação. **Resolução n. 001/2017**, de 3 de maio de 2017. Pelotas, 2017. Disponível em <https://site.pelotas.com.br/educacao/porta1/educacao/documentos/Documento%20oficial-%20Resolucao%20da%20Educacao%20Especial.pdf>. Acesso em: 11 abr 2024.